

Tapebas querem remover 10 mil famílias de sua área

Problema foi discutido com o Governo do Estado, ficando a promessa de encaminhamento ao prefeito de Caucaia



Dourado Tapeba e o cacique Francisco Teixeira representaram a comunidade indígena na audiência de ontem com o governador

A questão da demarcação de terras dos índios Tapeba foi pauta de reunião acontecida ontem entre o arcebispo de Fortaleza, dom Cláudio Hummes e o governador Tasso Jereissati. Participaram ainda do encontro, Dourado Tapeba, líder da comunidade; o cacique Francisco Teixeira e o advogado da Pastoral Indígena, Antônio Gomes.

Durante a audiência, que durou aproximadamente 15 minutos, o governador ouviu uma pequena explanação da situação vivida pela tribo de Caucaia. Após a exposição dos representantes tapebas, o governador afirmou que é sua intenção ter um encontro com o prefeito de Caucaia, José Geraldo Arruda. Dentre os aspectos que estariam dificultando a solução do impasse, o governador apontou a remoção de 10.000 famílias das terras a serem demarcadas.

Ao final do encontro, Dourado Tapeba afirmou que encontrava-se satisfeito com a ajuda do governador, "que se comprometeu a procurar uma solução para o problema dos posseiros". Ele ressaltou também a importância da articulação em favor de uma parceria entre o Estado, prefeitura de Caucaia e a União para resolver a situação de um dos últimos grupos indígenas do Ceará.

Já o advogado Antônio Gomes, preferiu mais cautela com relação aos resultados do encontro. Para ele, a audiência além de ter sido pequena, não apontou nenhuma perspectiva para a solução do problema a curto prazo. Gomes disse também, que a ideia de ouvir o prefeito de Caucaia sobre o problema dos Tapeba não adiantará muito, já que sua posição a respeito do assunto é pública e notória.

A área dos Tapeba, que envolve 4.658 hectares, foi demarcada recentemente através de portaria do Ministério da Justiça datada de 24 de setembro deste ano. O processo já se arrasta há 14 anos. Residem atualmente na tribo 2.200 Tapeba, que tiram seu sustento da captura de caranguejos, confecção de artesanato e outros serviços primários.

TREMENBES - Representando os mais de 3.500 índios da etnia Tremembé que vivem no aldeamento de Almofala, em Itarema, uma comissão, composta pelo pajé da tribo, Luis Manoel do Nascimento e o conselheiro Agostinho Félix Jacinto, além do advogado da Funai em Pernambuco, Ricardo Ramos e a missionária leiga Maria Amélia Leite, reuniu-se com o juiz do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Castro Meira. Ele é o relator do processo a respeito de uma ação movida pela empresa Ducôco S/A suspendendo a demarcação das terras indígenas existentes em Itarema. Recentemente foi emitido na Justiça Federal um parecer favorável à empresa, e os que defendem a causa indígena apresentaram recurso pedindo a anulação da sentença.

Durante a reunião foi apresentada a situação da tribo, que desde 1982 disputa na Justiça a posse dos 4.900 hectares onde residem suas famílias. O Conselho Indigenista Tremembé Almofala move duas ações na Justiça Federal Cearense requerendo a posse da área. Ao mesmo tempo, porém, seis processos de empresas particulares alegam que o local em questão nunca foi colonizado pelos tremembés.